



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Rua Ciomara Amaral de Paula, 167 – Bairro Medicina – 37550-000 - Pouso Alegre/MG

Fone: (35) 3449-6150/E-mail: [reitoria@ifsuldeminas.edu.br](mailto:reitoria@ifsuldeminas.edu.br)

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais realizada em 31 de outubro de 2012.

1 Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, às dez horas e cinquenta  
2 minutos, na sala de reuniões do Câmpus Passos sob a Presidência do Reitor Sérgio Pedini,  
3 realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Superior, estando presentes os Senhores  
4 Conselheiros: Representantes dos Docentes: Vagno Emygdio Machado Dias, José Pereira da  
5 Silva Junior e Tarcísio de Souza Gaspar; Representantes dos Técnicos Administrativos: Antônio  
6 Carlos Guida, Débora Jucely de Carvalho e Cleonice Maria da Silva; Representantes dos  
7 Discentes: Washington Bruno Silva Pereira e Oswaldo Lahmann Santos; Representantes dos  
8 Egressos: Marco Antônio Ferreira e Tales Machado Lacerda; Representantes das Entidades  
9 Patronais: Alexandre Magno de Moura; Representante das Entidades dos Trabalhadores: Andréia  
10 de Fátima da Silva e Everson de Alcântara Tardeli; Representante do Setor Público ou Estatais:  
11 Jésus de Souza Pagliarini; Representantes dos Diretores Gerais dos Câmpus: Luiz Carlos  
12 Machado Rodrigues, Walner José Mendes e Ademir José Pereira. A pauta foi encaminhada aos  
13 Conselheiros, sendo: 01. Palavra do Presidente. 02. Verificação do Quorum do Conselho  
14 Superior. 03. Aprovação das Atas das Reuniões dos dias 03 e 25 de maio de 2012, e 19 de julho  
15 de 2012. 04. Regime de trabalho docente. 05. Critérios e procedimentos específicos para a  
16 avaliação de desempenho acadêmico e para o cumprimento dos requisitos de capacitação e  
17 titulação docente. 06. Formulário Avaliação de Desempenho Docente – Câmpus Passos, Câmpus  
18 Poços de Caldas e Câmpus Pouso Alegre. 07. Extensão Circuito das Águas. 08. Normas  
19 Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. 09. Projetos Pedagógicos de Cursos  
20 Lato Sensu: Gestão Escolar; Alfabetização e Letramento e; Educação Infantil. 10. Programa de  
21 Mobilidade Acadêmica de Alunos de Graduação. 11. Minuta da Resolução das Normas de  
22 Calendário Acadêmico – IFSULDEMINAS. 12. Calendário reposição dias paralisados –  
23 calendário letivo 2012. 13. Minuta da Resolução da Empresa Júnior – IFSULDEMINAS. 14.  
24 Criação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – presencial e subsequente –  
25 IFSULDEMINAS – Câmpus Pouso Alegre. 15. Alterações no organograma do Câmpus  
26 Inconfidentes. 16. Cursos Integrados – Câmpus Novos. 17. Alteração do Regimento Geral –  
27 Coordenadoria Geral de Esporte e Lazer. 18. Homologar ato ad referendum – Resolução  
28 035/2012. 19. Expedientes (Presidente e Secretária). - Minuta Normativa de Compras e  
29 Contratações. O Presidente desejou boas vindas a todos e passou a palavra para o anfitrião do  
30 Câmpus Passos, o Diretor Pró-Tempore, Professor Juvêncio Geraldo de Moura. Juvêncio se  
31 apresentou e disse ser uma satisfação muito grande receber o Conselho Superior no Câmpus  
32 Passos. Falou que é um momento histórico para o câmpus e desejou que a reunião fosse  
33 produtiva. Disse que o Câmpus Passos surgiu com uma parceria com o Câmpus Muzambinho e a  
34 Prefeitura Municipal de Passos, através de um pólo de rede e desse pólo surgiu o Câmpus  
35 Avançado que passou a Câmpus Passos. Comentou que antes da vinda do Câmpus o bairro não  
36 tinha uma fama boa e que hoje houve uma melhora para a comunidade. Contou a história do  
37 câmpus que hoje está em sede própria. Falou que são oferecidos quatro cursos: Informática,  
38 Comunicação Visual, Enfermagem e Produção de Moda. Disse que o Câmpus Passos possui

39 quatro laboratórios de Informática, um laboratório de Enfermagem, uma biblioteca, vinte e dois  
40 docentes e dezessete técnicos administrativos. Falou da infraestrutura do câmpus e desejou boas  
41 vindas a todos os conselheiros. O presidente disse que a história do Câmpus Passos traduz o que  
42 é expansão da rede federal, com interiorização e acesso. Passos representa esse papel e é o  
43 câmpus mais distante da reitoria. O presidente comentou que o IFSULDEMINAS mudou a  
44 autoestima do bairro onde localiza o Câmpus Passos, que trouxe educação pública e ensino de  
45 qualidade. O Presidente justificou a ausência dos Conselheiros: Mário Sérgio Costa Vieira,  
46 Edmundo Modesto de Melo e Dreice Montanheiro Costa, que não puderam estar presente na  
47 reunião, por compromissos previamente agendados. O Presidente falou que não houve tempo  
48 para a compra do gravador de alta definição a ser utilizado para gravação das reuniões, conforme  
49 aprovação da reunião anterior, por causa do trâmite da licitação. Falou que a reunião seria  
50 gravada de modo mais simples, mas a qualidade do som pode não ficar boa. O Presidente disse  
51 que a pauta tem itens fundamentais e propôs aproveitar durante os itens fazer pequenas  
52 discussões. Disse que como de praxe convidou algumas pessoas para participar da reunião e  
53 explicar itens da pauta: José Jorge e Rogério – item 19; Marcelo Rosa – item 5; Professora  
54 Valdirene – item 9; Cleber – item 13. Questionou aos conselheiros como conduzir por serem  
55 várias pessoas convidadas, se elas permaneceriam na sala de reuniões ou se esperariam ser  
56 chamados individualmente por pontos. Everson disse para deixar a critério dos convidados, se  
57 quisessem permanecer ou aguardar serem chamados. Todos concordaram em aguardar serem  
58 chamados. O Presidente solicitou uma inversão da pauta colocando o item expedientes primeiro,  
59 justificada pela necessidade do retorno do José Jorge para a Reitora, para o fechamento da folha  
60 de pagamento, e todos concordaram com a inversão. Item 02. Verificação do Quorum do  
61 Conselho Superior (Secretária). A secretária verificou que estavam presentes 19 (dezenove) dos  
62 22 (vinte e dois) conselheiros, assim havendo quorum para a reunião. Item 03. Aprovação das  
63 Atas das Reuniões dos dias 03 e 25 de maio de 2012, e 19 de julho de 2012. O Presidente  
64 colocou em discussão a aprovação das atas. Everson falou de uma resolução onde foi colocada a  
65 sua manifestação contra o ensino EaD, mas não tinha a argumentação como na Ata, solicitou que  
66 fosse verificada a resolução. Marco Antônio solicitou fosse colocado em pauta a gravação das  
67 reuniões, pediu que reconsiderassem a decisão da última reunião. Ademir falou que na última  
68 reunião esse tema já tinha sido discutido e aprovado quando o conselheiro Marco Antônio  
69 chegou. Disse que tinha proposto em colocar em pauta de uma próxima reunião esse assunto. O  
70 Presidente disse que viu essa deliberação da última reunião, achou interessante e comentou que  
71 as reuniões do CONIF são gravadas, falou que existe uma definição de que essas gravações são  
72 restritas ao CONIF. Marco Antônio argumentou que não há embasamento legal para a gravação.  
73 O Presidente propôs então aprofundar a discussão sobre a gravação das reuniões, colocar na  
74 pauta de uma próxima reunião. O Presidente colocou em votação a aprovação das atas, sendo  
75 aprovadas as três Atas das Reuniões dos dias 03 e 25 de maio de 2012, e 19 de julho de 2012, por  
76 todos. Conforme acordado no início da reunião o Presidente fez a inversão da pauta. Item 19,  
77 Minuta Normativa de Compras e Contratações. O Presidente chamou José Jorge e Rogério para  
78 apresentarem a minuta e responderem aos conselheiros, caso houvesse dúvidas. José Jorge disse  
79 que a normativa foi trabalhada por uma comissão especial, que surgiu do CAPI, na qual Rogério  
80 é o presidente. José Jorge fez a exposição de motivos que levaram a elaboração dessa normativa.  
81 Disse que será para unificar os seis câmpus e reitoria no sentido de propiciar o mesmo  
82 procedimento e que este seja uniforme, no que diz respeito a de compras, editais e contratos.  
83 Disse que a normativa foi aprovada pelo CAPI e depois encaminhada ao Procurador Federal para  
84 seu parecer jurídico e depois trazida ao Conselho Superior para ser avaliada. Passou a palavra  
85 para o Rogério que fez uma apresentação da normativa. Rogério disse que essa normativa está  
86 baseada na legislação vigente e buscaram outros documentos de outros órgãos que já elaboraram  
87 as suas normativas chegaram a essa minuta que se adapta a realidade do IFSULDEMINAS.  
88 Disse que hoje os câmpus pré expansão, que já possuem experiência e fazem suas compras e  
89 contratações e os câmpus novos as compras e contratações são feitas pela reitoria. Com base  
90 nesse trabalho durante um ano foi discutido item por item pela comissão. Disse que é um

91 documento que periodicamente deverá ser avaliado e alterado. José Jorge falou que analisou-se a  
92 experiência e a prática de cada câmpus e estruturou-se a normativa. Disse que haverá um período  
93 de adaptação e que a partir de fevereiro de 2013 haverá um treinamento em todos os câmpus,  
94 para começar a aplicar ela na realidade de cada câmpus. Rogério disse que fizeram os  
95 documentos modelos com base na AGU. Falou sobre a elaboração da requisição online, disse  
96 que o pessoal da TI já desenvolveu um software que vai funcionar online no site. O Presidente  
97 colocou em discussão. Everson questionou que se a normativa é aprovada, como será aplicada  
98 posteriormente. Everson disse sua preocupação é que desde que é um documento aprovado pelo  
99 Conselho é válido e que precisa salvaguardar esse período de transição. José Jorge disse que a  
100 normativa é flexível e se houver alguma alteração virá para revisão. Marco Antônio parabenizou  
101 e disse que a comissão fechou bem a normativa com a lei 8666. Vagno disse que é interessante  
102 colocar um prazo para avaliação dessa normativa. O Presidente propôs incluir um prazo de um  
103 ano para avaliação, monitorada pelo CAPI, o CAPI faria os ajustes e encaminharia novamente ao  
104 Conselho Superior. Everson falou que deve-se resguardar esse prazo, de um ano de transição, em  
105 ata. Vagno propôs que constem também em ata, a capacitação. Marco Antônio disse que qualquer  
106 lei a partir do momento que ela é homologada, está se dando abertura e parâmetros para que se  
107 houver erro na forma de constituição adequar a norma. O Presidente disse que sendo aprovada a  
108 normativa passa a valer. Explicou que o prazo é para avaliação e que podem haver ajustes  
109 positivos para melhorar. Rogério disse que semana que vem começa um primeiro curso,  
110 Elaboração de Editais, programa que vai até o meio do ano que vem. O Presidente colocou em  
111 votação a minuta da Normativa de Compras e Contratações, sendo aprovada por todos, com as  
112 adequações propostas. O Presidente agradeceu o trabalho da comissão. Dando continuidade, item  
113 04. Regime de trabalho docente. O Presidente explicou que são três regimes de trabalho docente  
114 existentes: 20 horas, 40 horas e 40 horas com Dedicção Exclusiva (DE). Falou que em 2010  
115 houve a constituição do banco de professores equivalentes. Explicou a diferença do regime de 40  
116 horas e 40 horas com DE. Disse que o docente com DE não pode receber uma outra remuneração  
117 fixa. Disse que anteriormente ao banco, o docente ingressava com 40 horas e passava a ser uma  
118 opção dele a DE. A remuneração é de 62% acima do vencimento básico. A partir da criação do  
119 banco esse quantitativo de salário passou a ser bancário. Disse que a partir do decreto de  
120 setembro de 2010, não é mais opção do docente, pois precisa ser verificado previamente o  
121 crédito no banco. Houve um avanço considerável, quando aposentava um docente, dependia uma  
122 autorização de Brasília para permitir um concurso público para substituir esse docente. Falou que  
123 em períodos passados, ficou-se praticamente oito anos sem concurso e o quadro foi diminuindo.  
124 Com o banco passa-se a ser gestão do Instituto, com autonomia administrativa com relação ao  
125 banco. Passamos por um processo de elevação do quadro de docentes, e houve elevado ingresso  
126 de docentes 40horas, no ano passado. Disse que manifestou por escrito sua preocupação junto  
127 aos Diretores Gerais, mas respeitando sua decisão, e apontando que poderíamos ter problemas.  
128 Disse que hoje são trinta docentes no regime de 40 horas. A segunda novidade nesse processo foi  
129 se deu com a negociação da greve ao se implantar uma nova carreira, que deve entrar em vigor a  
130 partir de março e ela tem um artigo que prevê que os docentes ingressantes serão  
131 prioritariamente com regime de DE. Disse que há possibilidade de serem 20 ou 40 horas sem  
132 DE, desde que aprovado pelo Conselho Superior. Falou que existe uma pressão de que se  
133 regularize a situação dos que estão 40 horas e que isso é extremamente justo. Tarcisio disse que a  
134 situação mais intensa é em Muzambinho e que se há essa negociação, que o Conselho teria de  
135 tomar uma posição com relação a isso. Falou que é prioridade conceder a DE e que o Conselho  
136 deve assumir isso. Luiz Carlos disse que assumiu o compromisso com o Câmpus Muzambinho, e  
137 que não contrataria nenhum professor com DE, sem antes atender aos que não tem. Ademir falou  
138 que estão caminhando para solucionar internamente a questão da DE, no Câmpus Inconfidentes,  
139 e que situações específicas deverão passar pelo Conselho Superior. Walner disse que no Câmpus  
140 Machado falta pouco para se acertar a situação de todos os docentes 40 horas. Everson  
141 questionou se mudaria os editais de concurso e passaria para DE. O Presidente disse que a lei  
142 aponta para a DE, mas é o Conselho quem decide. O Presidente propôs que dessem um

143 indicativo de caminho. O ponto é de que forma que vai se resolver esse problema, pois somente  
144 com a elevação do banco ou por aposentadorias. Disse que existe hoje uma discussão no Colégio  
145 de Dirigentes, em três reuniões, sobre a distribuição de créditos e cargos e os condicionantes. O  
146 CONIF já vem se manifestando com relação a isso desde o ano passado, e já protocolou ofícios  
147 apontando sua proposta de distribuição de cargos, tanto para os câmpus da pré-expansão como  
148 da expansão, um considerando o tamanho das cidades e outro o número de alunos. Falou que  
149 houve na semana passada a REDITEC, reunião anual da Rede Federal, e a resposta do diretor da  
150 rede foi que estão analisando a proposta do CONIF e se manifestarão até o final de novembro. A  
151 única regra conhecido e que será respeitada pelo Instituto, conforme pactuação no Colégio de  
152 Dirigentes, é que as novas unidades terão 60 docentes e 45 técnicos administrativos. Falou que o  
153 que foi pactuado no Colégio de Dirigentes foi que esses créditos ficarão sob a responsabilidade  
154 da reitoria e que liberarão, por ora, apenas vagas para os cursos integrados dos novos câmpus.  
155 Disse que hoje, com a análise criteriosa que a PROEN fez com os Câmpus novos, eles tem  
156 condição de receber de nove a onze docentes. Disse que quer agir com absoluta  
157 responsabilidade. Entende a situação desses docentes sem DE, mas não pode ser  
158 responsabilizado historicamente por transferir docentes dos novos câmpus para os câmpus pré,  
159 sem a manifestação da Setec e a garantia do quantitativo mínimo dos novos câmpus. O  
160 Presidente solicitou um indicativo do Conselho Superior, para primeiro resolver os problemas da  
161 DE, e depois dimensionar o quantitativo de docente para cada Câmpus, com absoluta  
162 transparência, e sem decisão discricionária. Disse que o Colégio de Dirigentes é o fórum para  
163 essa discussão. Tarcísio disse que essa discussão deveria passar também pelo Conselho e que  
164 precisam pensar até que ponto devemos expandir. O Presidente disse que está colocando essa  
165 proposta para compartilhar com os conselheiros, mas é evidente que o ritmo de crescimento vai  
166 ter de ser repensado. Everson questionou qual o regime de transição de 20 para 40 horas. O  
167 Presidente disse que a lei prevê que 20 pode migrar para 40 horas. Disse que certamente vai  
168 refletir no processo de crescimento do câmpus. Everson disse que concorda com a proposta de  
169 atender ao passivo com as DEs, mas propôs abrir também a alternativa de docente 20 horas. O  
170 Presidente disse que de acordo com a lei, isso tem que passar pelo Conselho Superior. O  
171 Presidente fez uma pausa para almoço. Retornando a pauta o Presidente fez uma proposta de  
172 encaminhamento, de organizar a pauta para o que realmente precisa ser aprovado nesta reunião,  
173 devido terem avançado pouco. Item 04. Critérios e procedimentos específicos para a avaliação de  
174 desempenho acadêmico e para o cumprimento dos requisitos de capacitação e titulação docente.  
175 O Presidente disse que quanto à progressão D-3, foi publicado um decreto e que a situação está  
176 resolvida. Disse que tem um item deste aponta que a CPPD (Comissão Permanente de Pessoal  
177 Docente) vai acompanhar as concessões, utilizando critérios que serão definidos e publicados  
178 pelo ministro e então referendados pelo Conselho Superior. Falou que a CPPD já está  
179 trabalhando nesse processo de concessão, mas o problema é que a portaria não saiu ainda. Disse  
180 que gostaria de fazer uma consulta prévia ao Conselho, para que no caso de aprovação possa  
181 fazer uma resolução ad referendum ao invés de esperar os três meses para próxima reunião.  
182 Todos concordaram. Item 05. Formulário de Avaliação de Desempenho Docente – Câmpus  
183 Passos, Câmpus Poços de Caldas e Câmpus Pouso Alegre. O Presidente propõe que se use o  
184 mesmo formulário em todo instituto. Passou a palavra para o Marcelo Rosa. Marcelo disse que é  
185 essencial agora e quando sair a lei deverá ser adequado. Falou que a Diretoria de Gestão de  
186 Pessoas, a partir de diretrizes discutidas no FORGEP (Fórum de Gestão de Pessoas – CONIF)  
187 elaborou o Formulário para Avaliação de Desempenho Docente a ser aplicado nos câmpus  
188 Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre. Este formulário foi encaminhado à Comissão  
189 Permanente de Progressão Docente – central (CGPP- Central) para ser avaliado, mas não obteve  
190 resposta. Após, foi encaminhado ao CEPE que o discutiu e fez as considerações cabíveis, sendo  
191 referendadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas. Apesar dessa resolução ter previsão para ser  
192 pouco utilizada, devido ao Decreto 7.806/2012 (regulamenta a progressão do professor de  
193 Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT), ela se faz necessária devido às progressões que  
194 estão paralisadas nesses câmpus. Lembrou que os câmpus pré-expansão já possuem formulário

195 aprovado. O Presidente colocou em discussão. Tarcísio falou que precisa ser modificado o item  
196 Interesse e Motivação, de Critérios Avaliativos, onde se lê: “Interesse e Motivação: Mostra-se  
197 interessado e motivado para ministrar aulas”, leia-se “Interesse e Motivação: Mostra-se  
198 interessado e motivado para desenvolver atividades de ensino, de pesquisa e de extensão”.  
199 Vagno questionou sobre os termos "demandas excessivas" e "trabalhar sob pressão" do  
200 questionário de avaliação docente dos Câmpus novos, argumentando que nem mesmo a polícia  
201 militar aceitaria trabalhar sob essas condições e que isso vai contra a lógica da Normativa  
202 Docente. Vagno não entende como critérios subjetivos e dessa natureza podem ser colocados em  
203 documentos de avaliação de estágio probatório docente e que os conselheiros não tenham  
204 sensibilidades para enxergar essas coisas. Everson conclui que isso configura-se como Assédio  
205 Moral. O Presidente solicitou aprovar disse que a discussão é extremamente fértil e importante,  
206 mas daqui quatro meses terão novos procedimentos de avaliação docente. Tarcísio fez uma  
207 proposta de consenso, modificar isso que ele passou e tirar trabalho sob pressão. Onde se lê:  
208 “Administração das condições de trabalho: Demonstra habilidade em administrar prazos e  
209 solicitações, apresentando resultados satisfatórios, mesmo diante de demandas excessivas,  
210 mostrando-se capaz de trabalhar sob pressão, disponibilizando o plano de ensino ao setor de  
211 ensino, antes do início de cada ano/semestre letivo e cumprindo os prazos de entrega de diários,  
212 notas”. Leia-se: “Administração das condições de trabalho: Demonstra habilidade em  
213 administrar prazos e solicitações, apresentando resultados satisfatórios, disponibilizando o plano  
214 de ensino ao setor de ensino, antes do início de cada ano/semestre letivo e cumprindo os prazos  
215 de entrega de diários, notas”. Todos concordaram com as alterações solicitadas. O Presidente  
216 colocou em votação a aprovação do Formulário Avaliação de Desempenho Docente – Câmpus  
217 Passos, Câmpus Poços de Caldas e Câmpus Pouso Alegre, sendo aprovado com as correções. O  
218 Presidente lembrou que em março de 2013 será retomada essa discussão, a partir da nova lei.  
219 Dando continuidade, item 06. Extensão Circuito das Águas ficou para ser abordado na próxima  
220 reunião. Item 07. Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. Marcelo  
221 Rosa apresentou a minuta das Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do  
222 IFSULDEMINAS. Falou que esse documento nasceu da necessidade de termos as mesmas  
223 normas acadêmicas, de forma geral, aplicadas em todos os câmpus. Disse que esta minuta foi  
224 iniciada em reunião com todos os coordenadores de cursos de graduação, e que, no momento,  
225 selecionaram dois coordenadores representantes por câmpus para trabalharem juntamente com a  
226 pró-reitoria de Ensino. Foram realizadas várias reuniões para a elaboração dessa minuta. Após a  
227 finalização dos trabalhos pelo grupo de trabalho, foi encaminhada ao CEPE. Este analisou na  
228 reunião do dia 05 de outubro de 2012 e encaminhou um documento ao Conselho Superior para  
229 apreciação. Marcelo Rosa fez uma consideração, disse que após conversa com as pedagogas, viu  
230 a necessidade de alterar o artigo 5, onde se lê: “Art. 5º. Os currículos de cada curso e/ou suas  
231 alterações serão propostos pelo NDE e/ou COLEGIADO, devendo ser aprovados pelo CADEM,  
232 CAMEN, CEPE E CONSUP. I- As eventuais alterações curriculares, em caso de necessidade,  
233 serão implantadas sempre no início do desenvolvimento de cada turma ingressante. II-Caso seja  
234 avaliada a necessidade de alteração curricular nas turmas vigentes, esta poderá ser feita desde  
235 que aprovadas em assembleia geral de alunos e pelos órgãos colegiados (NDE do Curso,  
236 Colegiado do Curso, CADEM e CAMEN e CEPE e CONSUP)”. Leia-se: “Art. 5º. Os currículos  
237 de cada curso serão propostos pelo NDE e/ou COLEGIADO, devendo ser aprovados pelo  
238 CADEM, CAMEN, CEPE E CONSUP, conforme Resolução 057/2011. I- As eventuais  
239 alterações curriculares, em caso de necessidade, serão implantadas sempre no início do  
240 desenvolvimento de cada turma ingressante e serão propostas pelo NDE e/ou COLEGIADO,  
241 com acompanhamento do setor pedagógico, devendo ser aprovados pelo CADEM e CAMEN. II-  
242 Caso seja avaliada a necessidade de alteração curricular nas turmas vigentes, esta poderá ser feita  
243 desde que aprovadas em assembleia geral de alunos e pelos órgãos colegiados (NDE do Curso,  
244 Colegiado do Curso, CADEM e CAMEN)”. Marcelo Rosa disse que a Câmara de Ensino não  
245 tem ação deliberativa, e solicitou que o Conselho aprovasse que a Câmara de ensino pudesse  
246 fazer a deliberação de alterações de matriz curricular, pois facilitaria muito. Tarcísio disse que

247 não concorda com isso, pois acha que o Conselho é onde a sociedade civil pode interferir nos  
248 rumos que o Instituto Federal quer seguir. Marcelo Rosa explicou que com relação a  
249 representatividade da sociedade, ela já existe no Colegiado acadêmico do Câmpus, se é essa a  
250 preocupação, em todo Colegiado Acadêmico há a representatividade da sociedade. Tarcísio  
251 explicou para o Everson que a aprovação do Projeto Pedagógico e criação de curso  
252 necessariamente passam pelo Conselho Superior. Marcelo citou um exemplo. Se em um  
253 determinado curso tivesse uma matéria que não fosse mais interessante, e o corpo docente  
254 quisesse retirar essa disciplina, então o projeto precisaria passar para aprovação no NDE do  
255 Curso, Colegiado do Curso, CADEM e CAMEN e CEPE até chegar ao CONSUP. Se fosse  
256 depender do Conselho iria burocratizar muito o processo. José Pereira falou que até para mudar  
257 uma bibliografia precisaria passar por esse trâmite, e concordou com Tarcísio que seria muito  
258 burocrático. Everson falou que não acha isso, porque está tirando a importância do que é  
259 fundamental do curso, que são as disciplinas e a estrutura do curso. Comentou que não sabe  
260 como vão ser as discussões, mas, tem dúvidas quanto a aprovação do curso técnico em  
261 Segurança do Trabalho em Pouso Alegre, porque está um curso muito “mecânico”. Disse que na  
262 audiência pública realizada ficou muito claro a demanda por humanidade dentro dos cursos. O  
263 Presidente solicitou ao Everson aguardar as discussões desse item. Everson falou que concorda  
264 com o Tarcísio, o conselho vai virar totalmente operacional, deixando de discutir assuntos  
265 fundamentais. O Presidente disse que sente uma falta imensa de discutirem detalhes do instituto,  
266 qual o nosso papel, e concorda com o Everson que o conselho tem de participar ativamente, mas  
267 burocratizar não é o caminho. Marco Antônio disse que como o Conselho é o órgão máximo do  
268 instituto, se houver alguma necessidade de fazer alguma interferência, irá fazer, delegando o  
269 “nosso poder” a pessoas que estão por dentro do que vai acontecer e podem fazer para  
270 defenderem os interesses do instituto. Falou que burocratizando iremos ter reunião de cinco em  
271 cinco dias para ficar mudando as matrizes. Marcelo Rosa disse que qualquer pessoa pode se  
272 manifestar e explicou que as mudanças da matriz curricular são para tornar cursos melhores, não  
273 é para mudar o direcionamento do curso. Ademir sugeriu estabelecer um parâmetro para  
274 alteração de matriz curricular. Jesus falou que essa matriz curricular criada, não vai tirar matéria  
275 essencial e propôs passar pelo Conselho Superior somente se houver uma mudança estrutural do  
276 curso, já coisas básicas para melhorar o curso seriam aprovadas pela Câmara de Ensino. Vagno  
277 falou sobre a resolução 057 de 2011, que fala da criação de cursos e não viu nela onde a  
278 comunidade participa na elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que deveria ser  
279 Projeto Político Pedagógico de Curso, porque com a democracia da participação, a comunidade  
280 deveria estar no início do curso, onde a comunidade iria, de fato se expressar. Marcelo Rosa  
281 disse que a proposta é com relação a alteração de matriz curricular e não criação de curso.  
282 Everson falou que precisa ser definido o que precisa passar pelo Conselho e o que não precisa.  
283 Marcelo Rosa falou que a Câmara de Ensino será constituída no dia doze de novembro de 2012.  
284 O Presidente propôs que, ao invés de trazer a bibliografia e disciplina para o Conselho aprovar  
285 modificações, trazer a Câmara, antes dela começar a trabalhar, e explicar o que é preciso o  
286 Conselho deliberar. Todos aprovaram. Cleonice falou temos alunos com deficiência e que tinham  
287 expectativa de que esse documento, Normas Acadêmicas, falasse sobre os alunos com  
288 deficiência. Perguntou se há a possibilidade de criação de uma comissão para poder discutir a  
289 política de inclusão do aluno com deficiência. Disse que precisam reunir e discutir como vai  
290 ficar a situação desse aluno que chega ao instituto e é portador de alguma deficiência. Marcelo  
291 falou que isso foi alvo de diligência também, e é preciso normatizar para facilitar o trabalho dos  
292 NAPINES dos Câmpus e dos professores também. Solicitou alterar no documento, em Histórico  
293 de Implantação e Desenvolvimento Institucional, parágrafo segundo, onde se lê: “O presente  
294 documento materializa a proposta de criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e  
295 Tecnologia do Sul de Minas Gerais, em resposta a Chamada Publica MEC/SETEC Nº 002/2007,  
296 tomando por base o modelo proposto pelo Decreto Nº 6.095/2007 da Presidência da Republica”.  
297 Leia-se: “A proposta de criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de  
298 Minas Gerais atendeu a Chamada Publica MEC/SETEC No 002/2007, tomando por base o

299 modelo proposto pelo Decreto No 6.095/2007 da Presidência da República”. Todos  
300 concordaram. Cleonice apontou no documento o Capítulo dois, Artigo seis, item sete, disse que  
301 seria interessante acrescentar “de ensino”, onde se lê: “VII - estratégias a serem adotadas”, leia-  
302 se: “VII – estratégias de ensino a serem adotadas”, todos concordaram. Cleonice questionou o  
303 ingresso (matrícula), é possível o aluno matricular em mais de um curso. Marcelo Rosa falou  
304 que há a proibição de matrícula dupla no nível de graduação. Disse que há uma portaria do  
305 ministro de 1992 que proíbe matrícula dupla no ensino médio em instituição pública. Falou que  
306 matrícula dupla em níveis diferentes ocorrem no Instituto. Cleonice solicitou acrescentar  
307 “referendado pelos órgãos colegiados” no Capítulo quatro, Artigo nono, onde se lê: “Art. 9º . A  
308 seleção de candidatos ao ingresso nos semestres iniciais, poderá ser realizada mediante Exame  
309 de Seleção, ou qualquer outra forma que o IFSULDEMINAS venha adotar, desde que em  
310 conformidade com a legislação vigente”. Leia-se: “Art. 9º. A seleção de candidatos ao ingresso  
311 nos semestres iniciais, poderá ser realizada mediante Exame de Seleção, ou qualquer outra forma  
312 que o IFSULDEMINAS venha adotar, desde que em conformidade com a legislação vigente,  
313 referendado pelos órgãos colegiados”. Todos concordaram. Cleonice apontou no documento o  
314 Capítulo cinco, Artigo treze, Parágrafo dois, gostaria que constasse “assegurando ao estudante o  
315 conhecimento mensal de sua frequência”. Onde se lê: “§ 2º. O controle da frequência é de  
316 competência do professor”, leia-se: “§ 2º. O controle da frequência é de competência do  
317 professor, assegurando ao estudante o conhecimento mensal de sua frequência”, todos  
318 concordaram. Cleonice solicitou acrescentar “Declaração de participação em eventos de ensino,  
319 pesquisa, extensão e demais atividades relacionadas ao curso; - convocações para reuniões de  
320 órgãos colegiados”, logo abaixo no Parágrafo único, item “a”, onde se lê: “a. São considerados  
321 documentos para justificativa da ausência: . Atestado Médico; Certidão de óbito de parentes de  
322 primeiro e segundo graus; Participação em eventos de ensino, pesquisa, extensão e demais  
323 atividades relacionadas ao curso; Atestado de trabalho, válido para período não regular da  
324 disciplina”. Leia-se: “a. São considerados documentos para justificativa da ausência: Atestado  
325 Médico; Certidão de óbito de parentes de primeiro e segundo graus; Declaração de participação  
326 em eventos de ensino, pesquisa, extensão e demais atividades relacionadas ao curso;  
327 convocações para reuniões de órgãos colegiados e Atestado de trabalho, válido para período não  
328 regular da disciplina”. Todos aprovaram. Cleonice sugeriu retirar do Capítulo nove, Artigo trinta  
329 e seis o inciso VIII, “VIII. corroborar com o parecer da equipe multidisciplinar da Coordenadoria  
330 Geral de Assistência ao Educando ou do Setor de Orientação Educacional”. Todos concordaram  
331 em retirar. Cleonice expôs que um dia para ser contado como letivo deveria ter presença de  
332 professor e aluno, neste caso, o artigo 14 não teria amparo legal. Marcelo Rosa respondeu que a  
333 equipe que elaborou o documento consultou pareceres do Conselho de Educação que davam  
334 embasamento legal para o referido artigo. O Presidente colocou em votação a aprovação das  
335 Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação, sendo aprovado por 18 (dezoito) membros e 1  
336 (um) voto contrário, do conselheiro Everson. Ele solicitou que fosse registrado seu voto  
337 contrário, pelo não entendimento e que não ficou claro, para ele, a questão de aprovar um  
338 documento que outros irão alterar. Prosseguindo, item 08. Projetos Pedagógicos de Cursos Lato  
339 Sensu: Gestão Escolar; Alfabetização e Letramento e; Educação Infantil. Marcelo Rosa disse que  
340 como Presidente do CEPE encaminhou os Projetos Pedagógicos dos Cursos *Lato sensu* em  
341 Gestão Escolar, Alfabetização e Letramento e Educação Infantil para serem analisados. Após a  
342 não aprovação de tais projetos pelo Conselho Superior na reunião de 19/07/2012, o CADEM –  
343 Câmpus Muzambinho encaminhou o parecer do Conselho Superior aos coordenadores dos  
344 cursos. Estes, após averiguação do parecer e reestudo dos projetos, rerepresentaram novamente os  
345 documentos para que fossem analisados de acordo com a Resolução CONSUP 057/2011. Os  
346 colegiados CADEM e CAPEPI aprovaram os projetos. O CEPE, após análise, por unanimidade,  
347 aprovou a liberação de tais cursos. O Presidente disse que foi convidada a Professora Valdirene  
348 para fazer a apresentação desse item de pauta. Valdirene falou que a criação desses cursos levam  
349 em consideração: - demanda apresentada pela Associação dos Municípios da Baixa Mogiana  
350 (AMOG); - importância da formação continuada para os profissionais que atuam na área de

351 educação; - titulação dos docentes que atuarão nos cursos (oito professores temporários); -  
352 associação desses cursos com os cursos de licenciatura ofertados pelo IFSULDEMINAS –  
353 Câmpus Muzambinho: Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Educação Física e  
354 Programa Especial de Formação Pedagógica; - importância do IFSULDEMINAS como única  
355 instituição pública de ensino superior na região; - atendimento às normas para apresentação de  
356 curso *Lato sensu* e - qualidade de execução proposta em cada um dos projetos pedagógicos.  
357 Contudo, o CEPE emitiu parecer positivo para que os cursos *Lato sensu* Gestão Escolar,  
358 Educação Infantil e Alfabetização e Letramento sejam ofertados em uma única entrada. Para  
359 novas turmas, deverão ser emitidas novas resoluções para esses cursos, uma vez que os oito  
360 professores temporários permanecerão, no máximo, por 24 meses na instituição. O Presidente  
361 colocou em discussão. Tarcísio disse que há um problema de trâmite, a consulta do o corpo  
362 docente não foi realizada, segundo prevê a Resolução 057/2011. Luiz Carlos disse que o curso  
363 foi com base no edital, como um curso provisório. Tarcísio falou que não houve espaço para os  
364 professores do câmpus serem ouvidos. Luiz Carlos disse que vários professores o procuraram.  
365 Tarcísio disse não concorda que os professores temporários não são parte do corpo efetivo da  
366 instituição, pois eles são pagos por verbas federais e pelo Instituto Federal, portanto são sim  
367 parte do corpo docente da instituição. Disse que não é contra a abertura de novo curso, disse que  
368 é contra a gestão de vagas de professores sem que o corpo docente do câmpus saiba, e isso é a  
369 pedra fundamental do processo. Tarcísio solicitou a palavra para fazer uma explanação de um  
370 material que preparou, o qual entregou para os conselheiros. A data do documento era de  
371 dezenove de julho de 2012. Luiz Carlos disse que este documento estava desatualizado e que ele  
372 tinha os dados atualizados. Mesmo assim Tarcísio disse que ia apresentar. Mostrou as estatísticas  
373 e a listagem, baseada neste documento, de todos os professores do Câmpus Muzambinho,  
374 discriminados por nome, carga horária (20 ou 40 horas), a graduação que fez, área da Graduação  
375 segundo a CAPES, número de aulas semanais, número de disciplinas, número de cursos, qual  
376 curso e se a pessoa exerce ou não coordenação. Baseado nesse documento, Tarcísio elaborou  
377 uma proposta que tem a ver com a abertura dos cursos (dos três de pós-graduação) e  
378 principalmente a utilização das vagas de professores que estão disponíveis. Disse que no Câmpus  
379 Muzambinho são ao todo noventa e oito professores, sendo: noventa e quatro com 40 horas e  
380 quatro com 20 horas - nem todos têm DE, dez professores estão afastados, todos 40 horas.  
381 Oitenta e oito professores que ministram aulas, desses 58% (51 professores) ministram mais do  
382 que 20 aulas semanais, 25% - entre 16 e 20 aulas semanais e a minoria 17% estão com menos de  
383 16 aulas. 39% dos professores ministram mais de três disciplinas. Falou da Resolução da  
384 Normativa Docente aprovada pelo Conselho Superior, que prevê que “a carga horária que deverá  
385 ser cumprida pelo docente será de 16 horas (que são iguais a 20 aulas de 40 minutos cada uma),  
386 eventualmente podendo chegar a 20”. Portanto, 58% dos professores do Câmpus Muzambinho  
387 estão acima do limite razoável estabelecido pela Normativa Docente. “A instituição, por meio  
388 dos coordenadores de cursos e equipe pedagógica, deverá realizar um estudo a fim de possibilitar  
389 que o docente atue simultaneamente, no máximo, em 3 (três) disciplinas ou componentes  
390 curriculares. O prazo para redefinição desse parâmetro é de 6 (seis) meses e o estabelecimento  
391 integral em 24 (vinte e quatro) meses”. 59% dos professores estão extrapolando ao que a  
392 Normativa prevê, quanto ao número de disciplina. Disse que elaborou uma ligação dos  
393 professores com as áreas científicas, apresentou ao Conselho. Falou da desigualdade da  
394 repartição das aulas semanais. Luiz Carlos falou que o Tarcísio não considerou os professores da  
395 prefeitura, da AMOG. Tarcísio disse que considerou os professores ativos e substitutos. Luiz  
396 Carlos disse que esse estudo não é real e está desatualizado. Disse que os professores não dão  
397 mais de 20 horas aula por semana. Tarcísio apresentou a conclusão que a maioria dos professores  
398 do Câmpus de Muzambinho possui carga horária de aula acima do que dispõe a Normativa  
399 Docente com dois casos de excesso ao teto máximo permitido, e a maior parte dos professores  
400 atua em número superior a três disciplinas, desrespeitando a Normativa Docente. Falou que este  
401 dado reforça a falta de planejamento acadêmico dos cursos. Um número elevado de professores,  
402 44%, ministram aulas em três ou mais cursos diferentes, apontando para uma precariedade do



403 vínculo: professor/curso e uma gestão de vagas de professores mal planejada, gerando  
404 desigualdade na distribuição de aulas. Todos os dados demonstram que a expansão do número de  
405 alunos e de cursos no Câmpus Muzambinho foi empreendida de maneira pouco cuidadosa,  
406 ocasionando ônus, exploração e precarização no trabalho. Luiz Carlos justificou que o curso foi  
407 elaborado com base em edital. Tarcísio solicitou a palavra para fazer uma apresentação e defesa  
408 de proposta. Falou sobre o trabalho docente, fator que sem dúvida diminui a qualidade do curso  
409 ofertado pela instituição. Disse que a avaliação do ensino médio integrado foi péssima, sem falar,  
410 nos outros cursos. Tarcísio disse que considerando tudo o que foi exposto, fica evidente que o  
411 Câmpus Muzambinho precisa de mais professores. Tarcísio falou que não é contra a abertura dos  
412 cursos, mas é a favor desde que sejam respeitados critérios, como atender primeiramente a  
413 estrutura que já está no câmpus. Disse que não se podem promover uma expansão com base na  
414 exploração do trabalho dos professores. Luiz Carlos justificou que no Câmpus Muzambinho foi  
415 aprovado um último curso em 2010 e que esses professores temporários foram definidos pelo  
416 MEC para atender à expansão. O Presidente disse que foi acordado no Colégio de Dirigentes que  
417 as vagas de temporários seriam para atender os polos e cursos de licenciaturas. Falou que existe  
418 uma ação no Ministério Público Federal, que exige a ampliação no número de vagas de  
419 licenciatura. O Presidente falou que do que foi apresentado, o que preocupa é essa carga horária  
420 excessiva descumprindo a Normativa Docente, mas os temporários suprirem essa demanda é  
421 perigoso, porque daqui a dois anos não tem mais eles. Tarcísio formalizou a sua proposta, de  
422 acordo com as áreas mais necessitadas, de que as vagas disponíveis de professor temporário  
423 sejam utilizadas, 2 professores na área de letras, 2 professores na área de ciências exatas e  
424 engenharias, 1 professor na área de ciências sociais, 1 professor na área de ciências da saúde e 1  
425 professor na área de ciências humanas. Tarcísio propôs: 1. Aprovação dos Cursos e 2. Direcionar  
426 as vagas para Muzambinho. O Presidente colocou em votação, proposta 1 – Aprovação dos  
427 cursos e proposta 2 – Não aprovação e revisão da decisão do Colégio de Dirigentes – vinculação  
428 das vagas para o Câmpus Muzambinho. Foram onze (11) votos a favor da aprovação dos Cursos,  
429 três (3) votos contra e uma (1) abstenção, sendo aprovado o curso. Registra-se que a conselheira  
430 Cleonice absteve em votar por ter parente com carta de aceite para ser docente. Tarcísio solicitou  
431 que registre em ata que seu voto é a favor que as vagas de professores temporários sejam  
432 utilizadas no Câmpus Muzambinho. Ademir votou a favor para atender a demanda dos 20% para  
433 licenciatura, pois na reunião anterior tinha votado contra. Everson registrou seu voto contra a  
434 aprovação dos cursos, pois é contra a precarização do trabalho. Andréia votou a favor, porque  
435 com toda essa discussão foram esclarecidas as suas dúvidas. Pediu para registrar que gostaria  
436 muito que essa questão apresentada pelo conselheiro continuasse em discussão. Everson  
437 solicitou que os câmpus tenham um prazo e façam um levantamento, como esse apresentado pelo  
438 Tarcísio, e apresentem para o Conselho Superior. E apresentem propostas de solução e prazo para  
439 resolver a questão, seguindo a Normativa Docente. O Presidente disse para esperar o final de  
440 novembro, pois dependem do MEC. Dando continuidade, item 11. Calendário reposição dias  
441 paralisados – calendário letivo 2012. Marcelo Rosa disse que em acordo com o ofício circular nº.  
442 88 MEC/SETEC, os câmpus do IFSULDEMINAS elaboraram conjuntamente com os segmentos  
443 da comunidade escolar os calendários de reposição dos dias letivos paralisados ao longo de 2012.  
444 Falou que em cada um dos câmpus permaneceu uma quantidade de dias paralisados, fato que  
445 provocou diferentes calendários de reposição para o segundo semestre de 2012 e para o  
446 calendário letivo 2013. Entretanto, todos os câmpus respeitaram o número de dias a serem  
447 repostos de acordo com o número de dias paralisados. Disse que inicialmente, a pró-reitoria de  
448 Ensino analisou os calendários, encaminhando-os ao CEPE, este, após análise, emitiu parecer  
449 positivo para sua aprovação final pelo Conselho Superior. O Presidente colocou em votação os  
450 calendários de reposição dos dias paralisados, sendo aprovado por todos. Item 14. Alterações no  
451 organograma do Câmpus Inconfidentes. Ademir apresentou a alteração no Organograma do  
452 Câmpus Inconfidentes de acordo com as seguintes descrições: - Extinguir a função – Setor de  
453 Vigilância, sigla: SVIG, código de função: FG-4. - Alterar o código de função da Seção de  
454 Registros Acadêmicos, sigla: SRA, de FG-5 para FG-4. - Criar a função: Coordenação de Curso

455 Superior de Licenciatura em Matemática, sigla: CCSLM, código de função: FG-5, ligada à  
456 Coordenação Geral de Ensino. - Alterar a nomenclatura da função Coordenação Pedagógica,  
457 Código FG-2, Sigla: CP, para Coordenação de Apoio ao Ensino-Fazenda, Código FG-2, sigla  
458 CAEF, ligada à Coordenação Geral de Ensino. O Presidente colocou em votação a aprovação das  
459 alterações no organograma do Câmpus Inconfidentes, sendo aprovada por todos. Dando  
460 continuidade, item 16. Alteração do Regimento Geral – Coordenadoria Geral de Esporte e Lazer.  
461 Marcelo Rosa explicou que no Regimento Geral do IFSULDEMINAS não consta sequer  
462 qualquer menção ao esporte e ao lazer. Com o objetivo de promover institucionalmente tais  
463 atividades por meio de uma coordenadoria geral, visando a integração dos câmpus, o bem-estar  
464 de toda comunidade e a representatividade em ações externas ao IFSULDEMINAS, propõe-se a  
465 criação da Coordenadoria Geral de Esporte e Lazer, inserida no Art. 74, referente à composição  
466 da Diretoria de Desenvolvimento de Ensino, Pró-Reitoria de Ensino. As atribuições da  
467 Coordenadoria de Esporte e Lazer serão: 1. Integrar os câmpus do IFSULDEMINAS através de  
468 esporte e lazer; 2. Propor, articular e acompanhar políticas de esporte e lazer a serem  
469 desenvolvidas nos câmpus do IFSULDEMINAS; 3. Organizar competições e eventos esportivos  
470 promovidos pelo IFSULDEMINAS; 4 Acompanhar e subsidiar competições nas quais o  
471 IFSULDEMINAS tiver representatividade; 5. Atuar como agente facilitador para o esporte e  
472 lazer no IFSULDEMINAS. Marcelo justificou o coordenador será o Professor Eduardo, do  
473 Câmpus Machado e que ele ficará em Machado. Ademir sugeriu colocar Coordenadoria de  
474 Esporte e Cultura. Após discussões foi proposto colocar Coordenadoria Geral de Esporte,  
475 Cultura e Laser. Sendo aprovado por todos. Como estava ficando tarde e ainda tinha muitos  
476 assuntos a serem discutidos, os conselheiros acordaram marcar uma reunião extraordinária para o  
477 dia treze de novembro de 2012, na Reitoria, às nove horas, para finalizarem a pauta desta  
478 reunião. Os itens restantes da pauta foram: 09. Programa de Mobilidade Acadêmica de Alunos de  
479 Graduação. 10. Minuta da Resolução das Normas de Calendário Acadêmico –  
480 IFSULDEMINAS. 12. Minuta da Resolução da Empresa Júnior – IFSULDEMINAS. 13. Criação  
481 do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – presencial e subseqüente – IFSULDEMINAS –  
482 Câmpus Pouso Alegre. 15. Cursos Integrados – Câmpus Novos. 17. Homologar ato ad  
483 referendum – Resolução 035/2012. O Presidente agradeceu a presença de todos e declarou  
484 encerrada a reunião às dezenove horas. Eu, \_\_\_\_\_ Rosana Aparecida Rennó  
485 Moreira Aleixo, Secretária “ad hoc” deste Conselho, lavrei a presente Ata, que após apreciação  
486 será assinada por todos os presentes. Passos, trinta e um de outubro de dois mil e doze.

<b>Sérgio Pedini</b>	Presidente do Conselho Superior	_____
<b>Vagno Emygdio Machado Dias</b>	Representante dos Docentes	_____
<b>José Pereira da Silva Junior</b>	Representante dos Docentes	_____
<b>Tarcísio de Souza Gaspar</b>	Representante dos Docentes	_____
<b>Washington Bruno Silva Pereira</b>	Representante dos Discentes	_____
<b>Oswaldo Lahmann Santos</b>	Representante dos Discentes	_____
<b>Antônio Carlos Guida</b>	Rep. dos Técnicos Administrativos	_____
<b>Débora Jucely de Carvalho</b>	Rep. dos Técnicos Administrativos	_____
<b>Cleonice Maria da Silva</b>	Rep. dos Técnicos Administrativos	_____
<b>Marco Antônio Ferreira</b>	Representante dos Egressos	_____
<b>Tales Machado Lacerda</b>	Representante dos Egressos	_____
<b>Alexandre Magno de Moura</b>	Representante das Entidades Patronais	_____
<b>Andréia de Fátima da Silva</b>	Rep. das Entidades dos Trabalhadores	_____

<b>Everson de Alcântara Tardeli</b>	Rep. das Entidades dos Trabalhadores	_____
<b>Jésus de Souza Pagliarini</b>	Rep. do Setor Público ou Estatais	_____
<b>Luiz Carlos Machado Rodrigues</b>	Rep. dos Diretores Gerais dos Câmpus	_____
<b>Walner José Mendes</b>	Rep. dos Diretores Gerais dos Câmpus	_____
<b>Ademir José Pereira</b>	Rep. dos Diretores Gerais dos Câmpus	_____